

Robson Laverdi ²

93

A população do Norte Pioneiro, Novo e Novíssimo do Paraná saltou de 72.627 habitantes em 1920 para 4.428.010 habitantes no ano de 1970. Em 1920, eram 6 os municípios cafeeiros da região Norte do estado, em 1940, 14, 1950 somavam o total de 36, em 1960, 104, e em 1970 contava-se 192 municípios, incluindo a porção do Extremo Oeste. (CANCIAN, 1981).

Apesar do aumento do número de municípios que se dedicavam ao cultivo cafeeiro, acentuavam-se, nos finais da década de 1960, os incentivos estatais que influenciaram a modificação da paisagem agrícola no estado. Em 1975, com a ocorrência de geadas, principalmente da severa geada negra de 18 de julho, as mudanças que ocorriam no campo se intensificaram, com a erradicação abrupta da lavoura cafeeira.

No levantamento da historiografia que aborda o acontecimento da geada negra em 1975, encontramos três artigos recentes com distintos recortes sobre os municípios produtores de café no período.

O estudo de Rodrigues e Pelegrini (2012) propõe a análise do acontecimento e atenta às transformações socioculturais ocorridas em Ivatuba, município da região metropolitana de Maringá. Para os autores, a partir da geada abriu-se espaço para a gradativa diversificação das atividades agrícolas da soja e do milho, forjando o êxodo rural como uma de suas consequências. Segundo Rodrigues e Pelegrini (2012, p. 4) “[...] a sua relevância [da geada de 1975] é tão grande, que ela pode ser considerada como um daqueles momentos em que um único fato é capaz de desencadear mudanças históricas”.

A geada negra, inegavelmente, deixou suas marcas na agricultura do período, influenciando processos em curso que eram baseados em elementos externos ao setor rural. Entendemos, então, que foi preciso analisar seus efeitos em relação a outros fenômenos socioeconômicos vivenciados naquele contexto.

Em Rodrigues e Pelegrini (2012), um tom de causa e consequência permeia o estudo. A geada foi considerada a causa; as consequências foram o desemprego no campo, o êxodo rural e a paulatina mecanização que se assistiu posteriormente. Entretanto, na conclusão do artigo, há menções em que o êxodo rural é demonstrado como derivado dos efeitos da geada numa combinação com a “mudança no campo da agricultura”, inclusive ao “apressar o ritmo das transformações” em todo o Paraná, cuja cafeicultura sofria com baixos preços, dificuldades

na contratação de mão de obra e a percepção dos agricultores sobre os incentivos à mecanização. (RODRIGUES; PELEGRINI, 2012).

No artigo de Mauricio Dezordi (2013), aborda-se o distrito de Agro Cafeeira, no município de Matelândia, localizado no Oeste do estado, na microrregião de Foz do Iguaçu. Sobre a geada, diz Dezordi:

A geada negra decretou o fim do cultivo de café em muitas cidades do Estado do Paraná, em Matelândia no distrito de Agro Cafeeira não foi diferente [...]. O fato motivou a migração em massa de milhares de trabalhadores envolvidos no cultivo de café, e agricultores que buscavam em outras regiões, uma nova esperança de crescimento. (DEZORDI, 2013, s/p).

A geada foi considerada, assim, como marco final na cafeicultura para muitos municípios paranaenses, incluindo Matelândia. No entanto, não foi abordado o contexto do estado no período e a mecanização, de forma isolada, foi colocada como um dos motivos para a ruptura do sucesso das lavouras de café.

O artigo de Eliane Miranda e Helena Ragusa (2014) aborda o período inicial da década de 1970, quando a lavoura foi instalada em São Pedro do Ivaí. O município se localiza na região do Norte Central, na área metropolitana de Apucarana. Através de relatos orais produzidos por Miranda, percebemos que a doença da ferrugem do café (causada pelo fungo *Hemileia vastatrix*) e do organismo broca do café (*Hyphotenemus hampei*), assim como o baixo preço, desestimulavam os agricultores na continuidade do cultivo.

A lavoura cafeeira de São Pedro do Ivaí não teria resistido por muito tempo. Após a geada de 1975, agricultores sentiram a inviabilidade do cultivo. Nessa discussão realizada, não há menções sobre a modernização, a mecanização e o contexto macroeconômico vivenciado no Paraná, sendo tratados apenas o êxodo rural e as motivações de melhoria nas condições de vida.

No livro *Epopéia do Café no Paraná* (2006), Iri-neu Pozzobon versa sobre a retração e adequação tecnológica vivenciada pelas lavouras cafeeiras no estado, dentre o período de 1975 a 2000. Pozzobon, que na ocasião da geada trabalhava como técnico agrícola do Instituto Brasileiro do Café (IBC), a considerou como um evento de divisão da “[...] velha e a nova cafeicultura implantada através de um novo modelo tecnológico.” (2006, p. 150). Todavia, para o declínio quantitativo da produção cafeeira, apontou a influência de outros agentes:

A rigor, a decadência do café no Paraná se inicia com a geada de 1969, agravada pela escalada inflacionária, pelo surgimento da ferrugem do café, pela aplicação da legislação trabalhista no campo, pela concorrência do salário industrial e pelo surgimento da soja como cultura alternativa. A geada coroou o elenco dos acontecimentos embora não tenha significado o fim da cafeicultura. (POZZOBON, 2006, p. 150).

Para além dos efeitos da geada negra, havia outros fenômenos incidindo na reestruturação da agricultura, provocando modificações em certo ponto contundentes, entre as quais, a diminuição da área cultivada de café. Nesse sentido, focamos os processos socioeconômicos ocorridos no Norte do Paraná após 1975, discutindo a relevância do fenômeno climático diante do efervescente cenário de mudanças na agricultura do estado, e, dessa forma, pensá-lo num contexto macroeconômico pela agenda estatal do regime militar. Nessa direção, busca-se apurar como vinha sendo realizada a discussão sobre o tema no jornal de Londrina, o *Panorama*, sobre modificações no campo e condições da lavoura cafeeira no período. O propósito é compreender as motivações para o seu declínio posterior.

A imprensa possui potencial formador de opinião e poder de intervenção social. Não temos, no entanto, a intenção de tomar o jornal como um instrumento neutro, de mera transmissão de informações. Consideramos a orientação de Cruz e Peixoto de que “[...] é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos [...]” (2007, p. 257).

Desse modo, optamos por analisar a *Edição Histórica: Panorama Economia*, publicada no mês de estreia do periódico, em março de 1975, assim como as edições de 17 a 20 de julho desse mesmo ano.

A escolha da edição de março de 1975 tem a intenção de apreender a discussão geral sobre a agricultura no Paraná, sobretudo a desenvolvida na região Norte, mantendo foco na cafeicultura em momento anterior à geada. As quatro edições de 17 a 20 de julho concentram apurações sobre efeitos do fenômeno atmosférico nas lavouras e nas condi-

ções de trabalho no campo. Desse modo, podemos observar uma mudança de tom no que se trata da situação cafeeira.

Levamos em conta que a imprensa possui interesses distintos, e para compreendê-los é necessário historicizá-los. Portanto, vale pensar o jornal como fonte histórica. Nesse processo, começamos a levantar a trajetória do jornal *Panorama* e do grupo econômico que a ele esteve ligado em sua curta duração.

Em 9 de março de 1975, saiu a primeira edição do diário matutino em Londrina. O *Panorama* veio a incrementar o Grupo Paulo Pimentel (GPP)⁴, tornando-se o terceiro periódico produzido pelo político e empresário que dá nome ao grupo.

O jornal tratou com tom crítico as políticas governamentais, por exemplo o II Plano Nacional do Desenvolvimento e o Crédito Rural, e enfatizou os problemas sociais que decorriam dessas estratégias. Isso não significa que o *Panorama* se constituiu como um jornal de oposição ao regime vigente. Pelo contrário, esteve de acordo com a tônica política do período de ditadura militar, de incentivo à modernização. Não podemos, assim, perder de vista as inclinações ideológicas de seu proprietário, ou diretor-presidente (como era impresso nas páginas do jornal).

Paulo Pimentel foi Secretário da Agricultura durante o governo de Ney Braga (1961-1964), e, com o apoio deste, venceu a última eleição, ainda durante o regime militar, para governador do Paraná, em 1965, sendo, então, filiado ao Partido Trabalhista Nacional (PTN). Pimentel esteve à frente do governo do Paraná de 1966 até 1971, período no qual se filiou⁵ à Aliança Nacional Renovadora (ARENA). (COSTA, 2015).

Segundo Cordeiro (2005, p. 102), o programa de governo de Pimentel foi denominado *Desenvolvimento Integrado*, tendo como pauta a “[...] integração entre a economia de exportação de matérias primas e a economia industrial”. No conjunto das metas de seu governo, expostas na *Revista Panorama*⁶ de 1966, estavam: a diversificação e expansão da agropecuária, a dinamização da indústria, manutenção da posição do Paraná como principal produ-

4 O Grupo Paulo Pimentel, em 1975, estava composto por três emissoras de televisão (Iguaçu, Tibagi e Coroados), dois jornais (O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná) e uma rádio (Iguaçu AM, de Curitiba).

5 Convém mencionar que o Grupo Paulo Pimentel recebeu benesses dos presidentes do governo militar, após a filiação de seu proprietário ao partido situacionista, a ARENA. Entre essas, estiveram as concessões de duas emissoras: a TV Iguaçu, Canal 4 de Curitiba, inaugurada em 1967; e a TV Tibagi, Canal 11 de Apucarana, inaugurada em 1969. Além de investimentos massivos do governo federal em centros repetidores de televisão e expansão da rede de tronco de micro-ondas, permitindo, a partir de 1970, transmissões simultâneas em emissoras instaladas em Curitiba e no interior do estado. (COSTA, 2015, p. 3-5).

6 A revista *Panorama*, fundada em 1951 por Adolfo Soethe em Londrina, e depois transferida para Curitiba, se refere a um empreendimento distinto do jornal *Panorama*, fundado em 1975 pelo GPP.

tor de café e a implantação de infraestrutura básica. (CORDEIRO, 2005).

Percebemos, assim, que, durante a sua gestão como governador, Pimentel seguiu a “cartilha” da modernização com base no fomento à indústria e à integração com a agropecuária, propostas centrais do governo militar.

Em 1974, Pimentel se indispôs com o antigo aliado Ney Braga (que estava à frente do Ministério da Educação e Cultura), por discordar da indicação de Jayme Canet Jr. para governador do estado. (CORDEIRO, 2005). A questão colocou o presidente-general Ernesto Geisel contra Paulo Pimentel. (COSTA, 2015).

Osmani Ferreira da Costa (2015) demonstrou, em seu estudo, que os desentendimentos entre Pimentel, Geisel, Braga e Canet Jr. foram determinantes para os problemas financeiros do GPP na década de 1970. Através do corte das verbas públicas às campanhas publicitárias nas mídias do GPP, a diminuição dos anúncios e a desfiliação de suas emissoras à Rede Globo, a situação financeira do grupo se agravou. Entre outras ações, resultou no fechamento do diário londrinense *Panorama*, cuja última edição, a de número 515, foi publicada em 12 de outubro de 1976.

Reiteramos que o *Panorama* não se configurou, ainda nessa situação, como um jornal oposicionista ao regime vigente. Os desentendimentos entre o seu proprietário e as forças políticas do regime, no caso o presidente, o Ministro da Educação e Cultura e o governador do Paraná, eram de teor partidário e não de posições políticas. Nesse contexto em que os ideais de modernização e industrialização com vistas à abertura ao capital estrangeiro estavam pungentes, o *Panorama* atuou como defensor da modernização.

A modernização propalada pelo governo brasileiro a partir de 1964 derivou de um debate instaurado por diferentes correntes acerca de questões pertinentes ao desenvolvimento do setor primário e ao fortalecimento de outros setores da economia.

UM DEBATE, DIFERENTES PROPOSTAS: OS CAMINHOS PARA UMA NOVA AGRICULTURA

No início do século XX, a base econômica do Brasil estava estruturada na agro exportação e tinha como principal produto o café, produzido predo-

minantemente nos estados da região Sudeste, dos quais São Paulo era o centro dinâmico. Nesse momento, os insumos e os meios de produção necessários à lavoura cafeeira eram elaborados nas próprias unidades produtoras. Isso fomentou a melhoria na infraestrutura (ferrovias, portos, etc.) e a expansão de atividades urbanas (bancos, casas de corretagem, indústrias têxteis, etc.) com a finalidade de proporcionar o escoamento da produção e sua comercialização (MELO, 2011).

Contudo, em 1930, foi deflagrada a crise do café, pois o preço do produto havia despencado no mercado internacional, devido à sua grande oferta e à depressão enfrentada pelos Estados Unidos, que absorvia parte relevante da produção brasileira. Com as dificuldades de comercialização durante a Segunda Guerra Mundial, a crise do café perdurou até o ano de 1944.

A crise do principal produto de exportação no país e a questão da superprodução latente impuseram-se como desafio ainda no início do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Nesse momento, segundo Nadir Cancian (1981), com a crise instaurada, o princípio liberal da não intervenção na economia não foi atendido. As supersafras de café eram um problema persistente e exigiam uma postura intervencionista do Estado, segundo a leitura de Cancian (1981).

A intervenção sistemática do governo se deu primeiro na criação do Conselho Nacional do Café (1931) e do Departamento Nacional do Café (1933), que, em 1952, foi transformado em Instituto Brasileiro do Café, uma Autarquia ligada ao Ministério da Indústria e Comércio, então responsável pela gestão da produção cafeeira e sua comercialização. Assim, exercendo uma política macroeconômica e desenvolvimentista, buscou-se na medida protecionista os interesses de oligarquias rurais ao poder central. (MELO, 2011).

Melo (2011), entretanto, apontou que durante a crise a maior força da indústria e a diversificação agrícola se destacavam como alternativas vistas como seguras à dependência econômica das lavouras cafeeiras. Contudo, na segunda metade da década de 1940, houve a revalorização dos preços no mercado internacional. No país, se via a expansão dos cafezais, que se estendiam por novas terras, diminuindo a efervescência da diversificação das lavouras.

No que concerne à industrialização, até a década de 1960, se desenvolveram indústrias voltadas a atender a demanda interna, que eram concentradas na região Sudeste. Foram consubstanciados recur-

sos e políticas para a consolidação das indústrias de base. (PRIORI et al., 2012).

A preocupação com o fortalecimento do setor industrial levantou um debate entre diferentes grupos institucionais, políticos e intelectuais, cujo cerne foi o papel que a agricultura vinha desempenhando para a economia nacional, principalmente em relação à industrialização e à estrutura de produção do campo.

Os intelectuais Caio Prado Jr., Ignácio Rangel e Alberto Passos Guimarães, ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e à porção da Igreja Católica, inclinada à esquerda, defendiam que, para ampliar o espaço e recursos para a Indústria, seria preciso repensar a estrutura agrária centrada nos latifúndios, o que impedia a correspondência do campo às demandas urbanas e industriais.

Segundo Melo (2011), há duas principais explicações para essa afirmação. A primeira é a de que os produtos derivados das atividades rurais não atendiam a demanda, sendo mais caros que os produtos industrializados. Isso forçava a transferência de renda da indústria para o setor rural. A segunda concerne nos modos de produção da meação e da parceria⁷, considerados por esses pensadores como arcaicos. Acreditava-se que eram os responsáveis pela não inserção dos trabalhadores rurais como consumidores e as próprias atividades rurais que não absorviam maquinário e insumos, o que poderia alavancar a indústria.

Segundo Guilherme C. Delgado (2001), Caio Prado Jr. identificou na crise agrária problemas referentes à concentração fundiária e às condições de vida do trabalhador rural. Propôs a reforma agrária sob dois princípios norteadores: maior acesso à posse legalizada da terra pelo trabalhador rural para provento próprio e a extensão da Legislação Trabalhista aos trabalhadores do campo, que era garantida aos trabalhadores urbanos da indústria e comércio desde 1943, através da Consolidação das Leis do Trabalho, criada durante o governo Getúlio Vargas.

Para Rangel, a crise agrária estava concentrada na superprodução do produto destinado à exportação, gerando alterações desfavoráveis no mercado internacional, a escassez da produção agrícola para demanda interna e a superpopulação rural. As soluções propostas por Rangel, segundo Delgado

(2001), concorriam para a mudança da estrutura agrária, com incentivo à expansão de atividades secundárias e terciárias e à promoção alternativa do comércio exterior, resolvendo o problema da superprodução e elevando o nível de vida dos trabalhadores do campo. Apoiava também o aumento urbano da procura de mão de obra, a fim de absorver a superpopulação rural.

Acreditava, ainda, que a inserção dos trabalhadores rurais no mercado consumidor de industrializados dependia do acesso à terra própria, através da garantia por lei, configurando, então, um programa de reforma agrária.

A outra corrente representada por Delfim Netto e economicistas da USP defendia a tese de que a agricultura vinha desempenhando seu papel na economia nacional e não constituía um obstáculo para a industrialização. Essa conclusão se apoiava num entendimento funcionalista da agricultura para o desenvolvimento econômico.

Para Delfim Netto, citado por Delgado (2001, p. 161), as funções que a agricultura deveria exercer eram “[...] a liberação da mão-de-obra, a ser utilizada no setor industrial, sem diminuir a quantidade produzida de alimentos; criação de mercado para os produtos da indústria; expansão das exportações; financiamento de parte da capitalização da economia”.

Contudo, essa corrente propunha o crescimento da produção agrícola e a melhoria nas condições de vida do trabalhador rural, através da modernização das bases técnicas da agricultura, prescindindo de qualquer esforço para programar uma reforma agrária. (MELO, 2011). Todavia, entre essas duas linhas, nem tudo era contradição:

O diagnóstico tanto dos pensadores mais à esquerda como dos conservadores apontavam, como ponto de convergência, para a necessidade de uma ação externa sobre o campo, na forma de uma política governamental, que tivesse como resultado incorporar o agro ao novo modelo de sociedade que se estava gestando, mais dinâmica, moderna, complexa e, sobretudo, urbano-industrial. (MELO, 2011, p. 64).

Após o Golpe Militar em 1964, toda a chance de se estabelecer um programa de reforma agrária estava esgotada e o regime “[...] cortaria a efervescência do debate agrário, tentando encerrá-lo pelo ‘argumento’ da força.” (DELGADO, 2001, p. 161).

7 Nesses sistemas de trabalho são realizados contratos entre o proprietário da terra e o trabalhador que nela desenvolverá o cultivo, repartindo então o rendimento da safra agrícola em partes iguais (na meação), ou em partes distintas, de acordo com o que foi pré-estabelecido. (SILVA; BAPTISTELLA; VERDI, 2008, p. 42).

O governo militar optou pela modernização da agricultura, produzindo a reestruturação das bases técnicas no campo, de forma conservadora. Como nos remete Silva, citado por Silva e Botelho (2014, p. 365), o caráter conservador é observado pelos elementos dessa modernização, “[...] uma vez que a dinamização da produção agrícola foi acompanhada por uma maior concentração da terra, centralização, desigualdade e exclusão no campo, ou seja, uma modernização sem mudanças”.

Marcos Napolitano (2015, p. 7-8), ao delinear uma essência para a política do regime, vigente entre 1964-1985, diz que “O caminho da modernização, doravante, não passaria mais pelas reformas sociais para distribuir renda ou pela ampliação da democracia participativa e eleitoral, mas por segurança e desenvolvimento a todo o custo”.

Segundo Reinaldo Lohn (2008, p. 10), “[...] o ideário desenvolvimentista apostava que a modernização do país se daria através da superação das dicotomias entre campo e cidade ou atraso e modernidade, seja através do Estado ou pela ação empreendedora liberal”. Nesse sentido, o “atraso” que representava o campo, deveria ser superado, integrando a agropecuária à indústria, utilizando na produção agrícola os recursos “modernos” oferecidos pela tecnologia.

Assim, destaca Graziano, citado por Melo (2011, p. 66), que o termo modernização designa o “[...] processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade”. Ainda, segundo Balsan (2006, p. 145), através do processo de modernização da agricultura “[...] põe-se em marcha um modelo de exploração capitalizada, dotada de meios e técnicas que asseguram a eficácia e rentabilidade de produção”.

Ao convencimento do agricultor para a necessidade de atender aos elementos que a modernização impunha ao campo, a Extensão Rural atuou valorizando o saber técnico e a utilização de tecnologias advindas das indústrias.

Enquanto isso, o Sistema Nacional de Crédito Rural era destinado ao financiamento do consumo desses recursos tecnológicos. De acordo com Lohn (2008, p. 17), a “Extensão Rural atuou junto a pequenos agricultores de modo a condicioná-los à disciplina do trabalho em moldes capitalistas [...]”. Na medida em que “O aumento da produção agrícola e a expansão do capitalismo no campo passavam pela

necessidade de desqualificar o saber costumeiro dos pequenos agricultores, de modo a adestrá-los e disciplinarizá-los segundo a lógica do capital.” (LOHN, 2008, p. 13).

A Extensão Rural fora oficializada pelo governo em 1974, com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRAPA). Enquanto isso, no Paraná, fora instaurado o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), em 1972, durante o governo Parigot de Souza (1971-1973), sendo esse o órgão responsável pelo desenvolvimento de pesquisas e aprimoramentos técnicos na produção agrícola do estado.

Nesse contexto de modernização onde o imperativo foi a integração do setor primário à indústria, os incentivos à produção cafeeira no Paraná foram retraídos, enquanto eram ampliados para os cultivos que atendiam melhor ao princípio da agroindustrialização.

CAFEICULTURA NO PARANÁ ENTRE 1960-1975 E OS PLANEJAMENTOS ECONÔMICOS ESTATAIS

No intuito de demonstrar as condições que favoreceram a retração da lavoura cafeeira e a diversificação das culturas agrícolas no estado, abordamos um panorama da cafeeicultura no final da década de 1960 e início da de 1970. Conforme apontou Nadir Cancian (1981), após 1945 e até 1970, o Paraná experimentou sua fase dinâmica na produção de café, superando a anterior, de lento crescimento.

A tabela a seguir demonstra a evolução da participação cafeeira produzida no Paraná e sua retração nos anos de 1970.

TABELA 1 – PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NA PRODUÇÃO DE CAFÉ TOTAL DO BRASIL

Ano	Participação do café na produção do país	Área cultivada (hectares)
1945	4,5%	150.000
1962	58,1%	1.836.000
1975	48,2%	942.000

Fonte: POZZOBON, Irineu. *A epopéia do café no Paraná*. Londrina: Grafmark, 2006. p. 95.

Nesse período, foram promovidos meios de superar desafios impostos desde o início da proliferação da cafeicultura, como a falta de infraestrutura adequada ao transporte e ao escoamento da produção, a queda de preços, a superprodução e a concorrência de outros países cafeicultores. Ainda, o confisco cambial⁸ e as geadas, estas que muitas vezes congelaram o ânimo do cafeicultor.

Diante do crescimento da área cultivada, de 1959 a 1962, a oferta de café no mercado internacional se expandiu, sobrepujando a demanda, numa equação que resultou na diminuição dos preços do produto. Segundo a Secretaria de Agricultura, citada por Cancian (1981, p. 112), em 1960, o Paraná “[...] produziu quase um terço da produção mundial, metade da produção brasileira, quase o dobro da produção africana e três vezes a produção colombiana”.⁹

Devido a esse desempenho da lavoura cafeeira, visando reequilibrar a oferta de café no mercado através de uma medida protecionista, o IBC efetuou a compra do excedente da produção e o café não qualificado para a exportação fora incinerado, além dos subsídios oferecidos ao consumo do mercado interno. Porém, essas medidas acarretaram a diminuição da renda do café. (CANCIAN, 1981).

Com a desestabilização dos preços do café, na região Sudeste já se estendia a erradicação dos cafezais velhos, substituídos por pastagens ou outros gêneros agrícolas. No Paraná, cuja maioria do café produzido era considerado pelo mercado como de qualidade inferior ao de São Paulo, as condições eram mais complicadas.

Segundo Cancian (1981), a erradicação foi mais atraente aos cafeicultores das microrregiões de Jacarezinho e Wenceslau Braz (Norte Velho) e nas microrregiões de Apucarana e Campo Mourão (Norte Novo) onde o solo e o clima eram pouco propícios ao cultivo cafeeiro. Enquanto isso, nas demais áreas cafeicultoras do estado, prevaleceram as expectativas de melhorias nas condições de produção e co-

mercialização do café. (CANCIAN, 1981).

Para a racionalização da lavoura cafeeira do estado, adequando-a aos interesses do mercado, foi projetado pelo IBC, em 1961, o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), que, de 1962 até 1966, atuou na eliminação de cafeeiros deficitários mediante indenizações ou de forma espontânea, renovando as lavouras em “moldes racionais”. (POZZOBON, 2006).

De acordo com Mores e Klanovicz (2015), além de racionalizar a lavoura cafeeira do estado, a partir do GERCA houve a ampliação da diversificação agrícola. A produção de oleaginosas passou a ser difundida no Paraná como alternativa à lavoura cafeeira, especialmente a partir da atuação desse programa.

O crédito rural oferecido pelo Banco do Brasil, no início dos anos 1960, conforme Lourenço (2011, p. 4), amparava o plantio, o custeio e a comercialização das lavouras permanentes – com destaque para o café – e das lavouras temporárias, com maior ênfase nas lavouras brancas de soja e trigo, “[...] lançadas sob a égide do modelo de industrialização da agricultura”. Mas nos anos de 1966 e 1967, os subsídios destinados ao café foram extintos, dificultando a recuperação dos prejuízos acarretados por adversidades climáticas sofridas na lavoura em 1965, contribuindo para o recuo do desempenho econômico do Paraná. (LOURENÇO, 2011, p. 4).

Em 1966, o governador Paulo Pimentel declarou que “A geada apenas precipitou a falência da lavoura cafeeira, que havia sido decretada pela política econômica do governo federal.” (CORDEIRO, 2005, p. 100).

Nesse momento, o café ainda era o principal produto agrícola exportado pelo Brasil. Segundo Oliveira (2009, p.7), em 1969 o café representava mais de um terço das exportações. Nos anos iniciais de 1970, a lavoura cafeeira do Paraná se constituía como a mais expressiva do país, como demonstra a tabela e o gráfico a seguir:

8 O confisco cambial foi criado em 1954, como forma de estabelecer uma poupança interna, com o intuito de transferir recursos angariados com a exportação de café para o setor industrial, retraindo parte do valor recebido em moeda estrangeira, pelo pagamento dos bens exportados. Durante a gestão presidencial de Juscelino Kubitschek (1956-1960), a insatisfação dos produtores de café com o confisco cambial desencadeou a Marcha da Produção, um movimento organizado pelos cafeicultores, com a intenção de marchar em caravana até o palácio presidencial em outubro de 1958, e entregar ao presidente as reivindicações do grupo contra a política adotada pelo governo concernente à exportação do produto. (CESÁRIO; NOLLI, 2009, p. 145).

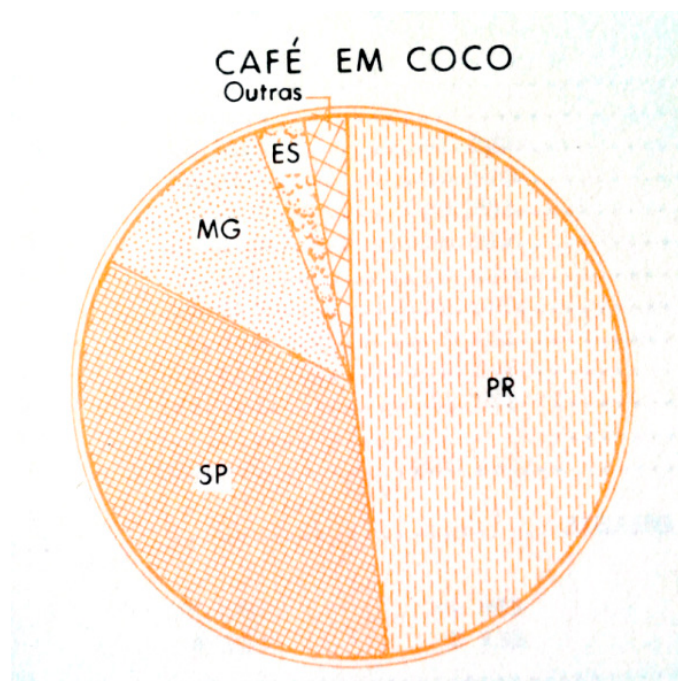
9 Cancian aponta que segundo o estudo da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) a superprodução paranaense derivou-se de 05 motivos combinados: A fertilidade da terra da região Norte, a política agrária da década de 1920, que anulando os títulos fizera reverter ao Estado às terras disponíveis, posteriormente entregues às Cia. Colonizadoras para loteamento e venda. O crescimento do mercado interno que absorveu maiores quantidades de cereais, dos quais a renda poderia ser revertida pelos produtores em compras de novas terras e financiamento de cafezais. As geadas de 1953 e 1955, que atrasaram a produção cafeeira, fazendo as safras coincidirem em um só ano e os preços altos do café, do mesmo período. (1981, p. 122).

TABELA 2 – ÁREA COLHIDA EM HECTARES, QUANTIDADE PRODUZIDA EM TONELADAS E RENDIMENTO MÉDIO (RELAÇÃO KG/HECTARE) NOS PRINCIPAIS PRODUTORES DO GRÃO DE CAFÉ NO BRASIL

3.3.2 AGRICULTURA						
3.3.2.1 PRINCIPAIS CULTURAS						
3.3.2.1.4 CULTURAS PERMANENTES – 1974-75						
a) Área colhida, quantidade produzida e rendimento médio dos principais produtos, por Unidades da Federação						
UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ÁREA COLHIDA (ha)		QUANTIDADE PRODUZIDA (t)		RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	
	1974	1975	1974	1975	1974	1975
CAFÉ EM CÔCO						
Paraná	933.677	1.030.623	1.248.000	1.186.960	1.337	1.152
São Paulo	641.000	800.000	1.160.000	850.680	1.810	1.063
Minas Gerais	390.547	385.689	588.000	287.120	1.506	744
Espírito Santo	192.602	212.750	164.000	70.960	851	334
Outras	111.912	201.283	60.000	60.000	536	298
Brasil	2.269.738	2.630.345	3.220.000	2.455.720	1.419	937

Fonte: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. v. 38, Rio de Janeiro, IBGE, 1977, p. 1-848. p. 169. (Organizado por Juliane R. S. Moreira).

FIGURA 2 – GRÁFICO DA PROPORÇÃO DA PRODUÇÃO CAFEIEIRA NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DO BRASIL



ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. v. 38, Rio de Janeiro, IBGE, 1977, p. 1-848.

Entretanto, essa junção de interesses sobre a agricultura, medidas governamentais de racionalização da produção, incentivos às lavouras temporárias, as dinâmicas ambientais como a incidência de geadas e de organismos como a ferrugem e a broca do café, prejudiciais aos cafeeiros, acarretaram o declínio da cafeicultura no estado.

Sobre a situação das lavouras cafeeiras em 1970, no Paraná, Cancian diz:

A tendência geral era ainda, em 1970, especialização em torno do café, porém, não da mesma maneira como na fase dos preços altos. As melhores terras roxas, de alta produtividade, ainda eram compensatórias à cafeicultura, especialmente porque os cafeeiros já estavam plantados, não exigindo grandes investimentos. Encontravam-se, entretanto, buscando algumas opções de diversificação, umas em torno da pecuária e outras, das lavouras temporárias. Nas terras mais pobres para o café [...] no Norte Novíssimo de Paranavaí, as transformações foram mais evidentes e mais rápidas. (1981, p. 124).

Enquanto a área coberta por cafezais era retraída, as lavouras temporárias, principalmente a soja, eram expandidas em todo o estado. Segundo Mores

e Klanovicz (2014, p. 181), a sojicultura se deslocou de pequenos espaços para áreas de monocultura, culminando na tecnologização do campo, pois “[...] passou a demandar o uso de práticas e tecnologias modernas que não eram utilizadas no Estado em períodos anteriores”.

Tendo em vista que as lavouras de soja ou as lavouras rotativas (soja no verão e trigo no inverno) absorviam novas tecnologias para a agricultura, as mesmas passaram a receber incentivos governamentais para sua extensão. De tal forma, o incentivo dessas lavouras correspondia à criação de um mercado consumidor para os insumos industriais e espaço para as agroindústrias de beneficiamento.

Ainda, no início da década de 1970, o programa modernizador do governo militar ganhou impulso com o I e o II Plano Nacional do Desenvolvimento. Através do I PND, promulgado em 1971, propunha-se, para o período de 1972-1974, a instalação de infraestrutura e de investimentos em ciência e tecnologia, entre outros pontos de apoio para a expansão industrial. O II PND, deferido em 1974 para atuar de 1975 a 1979, previa o aumento da capacidade energética do país, produção de insumos básicos, diminuição de importações e abertura de novas frentes de exportação.

O planejamento descrito no II PND era um projeto ambicioso. Segundo Fonseca e Monteiro (2008), consistiu na tentativa de legitimação do governo militar após a crise do “milagre econômico”.¹⁰ A tônica de aceleração do crescimento correspondia à uma racionalização política e econômica que se complementava.

A tática proposta pelo governo federal era dinamizar a renda da agricultura e da pecuária para que, assim, através das receitas do setor primário, fosse impulsionado o desenvolvimento dos demais setores da economia. Para os planejadores, a dinamização do setor possibilitaria o aumento da produção e a consequente adoção de bases empresariais, principalmente na região Centro-Sul.

Conforme Trintin e Izepão (2003), o governo estadual foi o condutor do processo de desenvolvimento econômico no Paraná, substituindo a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento do Paraná) pelo BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná), em 1968, de modo que modificou também as estratégias. Através da CODEPAR, o projeto vi-

sava o desenvolvimento industrial por intermédio da substituição de importações. Já a partir do BADEP, objetivava-se a complementaridade ao parque nacional e a produção em larga escala, por meio do uso de novas tecnologias, ampliação dos ramos industriais e aumento da competitividade com outros estados brasileiros.

O planejamento estadual, no período, esteve atrelado às bases propostas pelo governo federal nos planos de desenvolvimento lançados na década de 1970. Segundo apontamento do IPARDES, citado por Trintin e Izepão (2003, p. 3),

[...] a decisão de desenvolver a indústria segundo as vantagens locais e a crença de que o Estado deveria ser o principal promotor deste desenvolvimento levou o Governo do Paraná a se engajar em várias experiências de planejamento desde o início dos anos setenta, concatenados aos objetivos dos PNDs – Planos Nacionais de Desenvolvimento que propunham, entre outras coisas, a criação de novos pólos agroindustriais no sul do país contribuindo, sobremaneira, para a ocorrência de importantes transformações na economia do Paraná até meados da década de oitenta.

Dessa maneira, o planejamento governamental incidiu sobre a agricultura do Paraná, buscando atender a integração entre agropecuária e indústria. Foram aplicadas no campo modificações propostas pela dita modernização. No estado, a modernização implicou na agricultura com o uso de técnica específica para cada cultura, técnicas de irrigação, na promoção de infraestrutura para o fornecimento de eletricidade, na utilização de agrotóxicos e fertilizantes além da maquinaria agrícola. (MELO, 2011).

Segundo Nakagawara e Santana (1984), o índice de tratorização cresceu de forma expressiva. Em 1970, no âmbito estadual, contava-se com uma frota de 18.619 tratores, enquanto que em 1980, o Censo Preliminar Agropecuário, apurou o total de 79.682 tratores. Priori et al. (2012) apontou o crescimento no uso de arados com tração mecânica de 379,4%, em estabelecimentos com uso de força mecânica de 1.134,9% e o consumo de óleo diesel em 604,9%, no mesmo período.

Durante esse processo, foi preciso convencer os agricultores da necessidade de modificar as técnicas de seu trabalho, mudando o trato cultural, incorporar outras tecnologias de produção e substituir o cultivo de determinado gênero agrícola por

10 Conforme aponta Marcos Napolitano (2015), o “milagre econômico”, correspondente ao auge do crescimento brasileiro na ditadura militar, entre 1969 e 1973, declinou com a crise internacional do petróleo, fazendo com que governo e sociedade despertassem “da ilha de fantasia capitalista propiciada pelo milagre” (p. 150). Essa crise salientava a dependência do Brasil de insumos básicos e sua fragilidade econômica.

outro. (MORES; KLANOVICZ, 2014). Assim, como abordado por Lucas Mores e Jó Klanovicz (2014), a imprensa foi um dos elementos atuantes na difusão da tecnocracia, atingindo uma grande parcela de agricultores.

Em relação ao café, a predominância de seu cultivo já não interessava mais ao planejamento econômico estatal, de forma que era preciso diversificar as culturas agrícolas do estado para exportação, abastecer a demanda interna e absorver os insumos industriais. Desse modo, era preciso acentuar o desestímulo do cafeicultor, já delineado pela baixa de preços e outros agentes, enquanto encorajava sua inclinação à diversificação.

MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E GEADA NEGRA: O DECLÍNIO DA CAFEICULTURA DO PARANÁ NAS PÁGINAS DO PANORAMA

O terceiro jornal do GPP, o *Panorama*, foi lançado em março de 1975, em Londrina, um importante centro da região Norte, sob a direção do empresário e político filiado ao partido situacionista, Paulo Pimentel.

Nas páginas do *Panorama*, foram abordadas situações e acontecimentos vivenciados naquela região, com ênfase na economia local cuja base era a agricultura. Devido à predominância das atividades agrícolas, o quadro de anunciantes do periódico foi composto em grande parte por empresas e comércio de insumos e maquinário para lavouras.

O jornal como uma força ativa, para além da narração de acontecimentos, precisa articular interesses dos grupos distintos com os quais se relaciona. Dessa forma, o *Panorama* combinava os interesses dos patrocinadores, políticos e leitores na construção de uma opinião pública. No início dos anos 1970, se intensificaram os processos de modificação da agricultura, que abriu espaço para a imprensa local apresentar questões pertinentes aos planejamentos econômicos e elementos do processo modernizador, como a diversificação das lavouras e a mecanização agrícola.

O *Panorama* não ficou alheio a essa demanda. Na *Edição Histórica: Panorama Economia*, publicada em março de 1975, expôs a manchete “1984: a máquina vai plantar e colher mais do que hoje. Onde colocar toda a mão de obra que vai sobrar?”. A matéria demonstrava inquietações referente aos anseios do II PND para a agricultura e opinava sobre

problemas sociais derivados da rápida progressão da mecanização agrícola no estado:

Além de alimentar o campo e as cidades, a agropecuária terá que continuar a ser a vedeta do crescimento econômico, para que sejam atendidas, aqui, as metas previstas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento entre as quais a “renda per capita”. A renda de cada paranaense da zona rural teria que atingir 532 dólares em 1979. Mas isso só aconteceria se o setor agrícola fizesse um “esforço especial” e crescesse mais que os 40 por cento previsto pelos próprios técnicos. Em 79 – eles prevêem – a renda “per capita” da nossa população rural será de 310 dólares: 42 por cento abaixo da meta do II PND. (PANORAMA, março de 1975, p. 5).

O periódico procurou demonstrar a inviabilidade de produzir a renda necessária ao sucesso do planejamento econômico federal. Através de apurações de especialistas, afirmava que a projeção da renda *per capita* da população rural ao final do tempo de vigência do II PND, estaria abaixo da meta inicial.

Em continuidade, o *Panorama* expôs críticas ao processo de mecanização do campo, elemento esse que não podia ser desassociado do intento modernizador do período. Por sua vez, a mecanização aumentou a dispensa da mão de obra rural. Nesse sentido o periódico atacou uma das metas expostas no II PND, a oferta de empregos urbanos e rurais em detrimento do subemprego nessas áreas. Diz o *Panorama*:

Sabem que não haverá agro-indústrias e ou infra-estrutura urbanas suficientes para oferecer empregos e outras condições de vida para a mão de obra rural, que deverá continuar a ser dispersada pela mecanização. Retardando a mecanização não se atingiria a produtividade necessária. Atingindo a necessária produtividade, através das fazendas dinamizadas como empresas rurais, serão agravados os problemas de distribuição da riqueza. De qualquer maneira nossa agropecuária continuará a adquirir moderna tecnologia e aprofundar antigos problemas. (PANORAMA, março de 1975, p. 5).

O jornal salientava que não havia condições de absorver a mão de obra dispensada das lavouras nas agroindústrias e nas cidades. Entretanto, sem as benesses da tecnologia do maquinário agrícola, não seria possível dinamizar a produção das lavouras, para o alcance das metas do planejamento.

O *Panorama* chama a atenção para o problema social do desemprego no campo, diante da visível migração de lavradores para a área urbana e o fenômeno do trabalhador volante. Contudo, a elucidação sobre os efeitos da combinação entre elemen-

tos que compunham a modernização agrícola não deve ser confundida com uma militância contra tal processo.

No mesmo artigo da *Edição Histórica: Panorama Economia*, o matutino apresentou o relato de Guido Dirceu Venter, gerente da loja de máquinas agrícolas Nortrac, anunciante do jornal. Sobre a mecanização, Venter diz:

– O soja e o trigo já são totalmente mecanizados. O algodão, se quiser continuar, vai ter que adotar a mecanização da colheita, como alguns grandes produtores já estão fazendo. A cana também, em 10 anos com certeza vai ver só colheita mecanizada [...]. O arroz e o milho já são mecanizáveis e a tendência é plantar em largas extensões e usar colheitadeiras, a não ser nos arrozais de brejos, no milho intercalado com o café ou em pequenas plantações que estão cada ano diminuindo. O feijão só não é colhido mecanicamente, ainda, porque é preciso uma planta de porte mais alto. Mas em 10 anos, a pesquisa já “levantou” a planta com melhoramentos genéticos. (PANORAMA, março 1975, p. 5).

À primeira vista, numa leitura desatenta, pode parecer contraditório que se publique a experiência de um anunciante a comprovar uma tática do agronegócio que, como já destacado anteriormente no próprio periódico, agravava o problema do desemprego rural. Todavia, a opinião de Guido Dirceu Venter representava a compreensão da inevitabilidade da modernização agrícola, através da tecnificação e mecanização da lavoura, e na pesquisa para a adequação das plantas a modos de produção tecnológicos.

Através dessa sequência de exposições, o periódico procurou difundir em seus leitores que o processo de modernização da agricultura, com todos os elementos envolvidos (mecanização, diversificação de culturas, aprimoramento genético das plantas, utilização de insumos industriais, etc.) era irrevogável. Assim, o discurso jornalístico atuava no convencimento de que as lavouras que não acompanhasssem tais inovações estariam desqualificadas.

No período, o café continuava a ser a principal lavoura da região. As questões relativas a essa lavoura foram apresentadas através de opiniões e previsões de grandes produtores, líderes de cooperativas, presidentes de sindicatos rurais e daquele que viria a ser Secretário da Agricultura, Paulo Carneiro. Não foram

apresentados relatos da experiência dos pequenos agricultores através de suas próprias vozes.

Dessa forma, o balanço sobre a lavoura cafeeira, realizado pelos dirigentes de instituições cooperativas e sindicatos rurais, que eram homens de grande apelo junto aos agricultores, propunha a continuidade do café no Paraná, era viável e necessária. Entretanto, os moldes de produção precisariam ser modificados na medida em que requeriam financiamentos para lavouras tecnificadas de café.

Em março de 1975, observamos o favorecimento ao café, ainda que sejam apontadas dificuldades de rendimentos, o pequeno retorno ao produtor na venda aos beneficiadores e posteriores quedas de preços no mercado internacional. O retorno do subsídio do governo ao café também foi requerido, mas houve críticas sobre a prática do crédito rural, que teria um viés seletivo, com as altas taxas de juros impostas ao financiamento.

O discurso referente à viabilidade da manutenção das lavouras cafeeiras se tornou pessimista após o revés sofrido em 18 de julho de 1975, quando os cafeeiros em produção foram acometidos pela geada negra.¹¹

No dia anterior à geada, o jornal *Panorama* publicou a manchete “Há perigo de geadas”. A notícia da chegada de uma massa de ar polar ao sul do país, existindo o risco da incidência de geadas nas 48 horas seguintes, de acordo com a previsão do Departamento Nacional de Meteorologia, deixava os agricultores alertas, devido às experiências com perdas ocorridas em anos anteriores.

Com a geada de 1963, observa Paixão (2014), foram perdidos 50% dos cafezais do Paraná, de modo que a safra seguinte foi reduzida à metade, o que causou um prejuízo de 100 bilhões de cruzeiros. No âmbito social, estima-se que cerca de 1 milhão de pessoas ficaram desempregadas devido aos danos causados aos cafeeiros. Os jornais já noticiavam a migração para outras regiões do estado, fugindo do “flagelo branco”.

Os efeitos de geadas sobre o cafeeiro podem variar, conforme aponta o agrônomo Irineu Pozzobon (2006, p. 125):

O efeito de uma geada é o de paralisar temporariamente a produção dos cafeeiros atingidos. A du-

11 “A geada negra aparece quando o ponto de saturação com respeito ao gelo, da massa de ar, fica abaixo da temperatura mínima dos meses. O vapor d’água é tão escasso que, apesar do esfriamento noturno, não chega ao ponto de saturação com respeito ao gelo. O céu coberto, semicoberto ou turbulência na camada baixa da atmosfera favorecem sua formação. O céu coberto diminui a intensidade do esfriamento noturno, e a turbulência tende a diminuir a concentração do vapor d’água na proximidade do solo. A observação da geada negra, essencialmente agrícola, significa invariavelmente danos à vegetação, enquanto que quando ocorrem as geadas brancas, nem sempre se produzem danos.” (MOTA, 1983 apud TOMINAGA; SANTORO; AMARAL, 2009, p. 142).

ração dessa interrupção varia de acordo com a intensidade da geada. Admite-se que uma queima de folhas afeta a produção do ano seguinte. A queima de folhas e ramos, por 2 anos. E a de folhas, ramos e tronco, por três anos.

A intensidade da geada negra de 1975 provocou a “queima” de folhas, ramos e tronco dos cafeeiros, tornando-os improdutivos nos próximos três anos. O fenômeno foi chamado de “geada negra” pelo efeito visual acarretado nas plantas. Com a seiva congelada, definhavam, ficando com aparência escura e aspecto de queima, diferente

da “geada branca”, na qual o orvalho é congelado sobre a planta, provocando efeitos menos severos nas lavouras.

Na Figura 3, o governador Jayme Canet Júnior (1975-1979) observa os danos causados aos cafezais pela geada negra. Canet, que também possuía propriedades produtoras de café, sobrevoou as lavouras do Norte durante cinco horas para avaliar a dimensão atingida pela geada. (REVISTA CAFEICULTURA, 2010). A erradicação dos cafeeiros significou para o recém empossado governador a redução de orçamento estadual para o ano seguinte.



Fonte: REVISTA CAFEICULTURA. Geada negra fez surgir um novo cenário agrícola no Norte do PR. 2010. Disponível em <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?mat=34028>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

O *Panorama* informou no dia 20 de julho de 1975 que, segundo a estimativa da safra de 1976, a produção deveria ser de 10 milhões de sacas, equivalentes ao valor de 4 bilhões e 800 milhões de cruzeiros, representando um grande prejuízo à receita estadual. A aferição da erradicação do parque cafeeiro em produção do Paraná foi de aproximadamente 900 milhões de plantas, a totalidade cultivada em quase 200 municípios.

As primeiras matérias do *Panorama* publicadas após a geada questionavam a continuidade da lavoura cafeeira no estado: “É o fim do café? Para o trigo os prejuízos serão grandes. Para o café, a geada pode ser o começo do fim”, de 18 de julho, “Uma tragédia, talvez o fim do ciclo do café”, “A cafeicultura acabou”, em 19 de julho.

No período pós-geada, mudou-se o tom com que vinham sendo tratadas as questões referentes às lavouras de café. Se antes era discutida a viabilidade da manutenção das lavouras, com o otimismo do uso de

novas técnicas, após o evento foi reiterada a necessidade de diversificação dos cultivos em detrimento da revitalização de todo o parque cafeeiro.

Em 24 de julho de 1975, foi publicada nas páginas do *Panorama* a nota sobre a campanha que lançara, “A geada passa, a terra fica”, através da qual procurou-se consolar os agricultores e demonstrava-se o desestímulo à manutenção da produção de café:

O que deve ficar claro é que nunca nos faltarão opções numa terra tão fértil. O café pode acabar, contudo, virão soja, trigo, algodão, milho e uma série de outros produtos que já cultivamos, mas que ainda poderão ter a sua área aumentada. E qualquer um desses produtos que se plantar apresentará bons resultados que permitam atender à expectativa [sic] de lavradores descapitalizados por uma catástrofe nas proporções da ocorrida. Justamente por isso é que a lavoura precisa fazer renascer seu otimismo e de forma nenhuma se abalar e deixar derrotar ante um fenômeno que não foi o primeiro e também não será o último. Apesar da catástrofe, ficaram algumas lições que definitivamente precisam nos guiar para uma agricultura cada vez mais diversificada, tecnificada e com uma boa retaguarda de pesquisa. A partir daí consideramos que essas geadas foram um marco histórico para a economia do Paraná, pois colocaram um fim a um ciclo econômico que na verdade estava, em muitos casos, se mostrando anti-econômico e abriram perspectivas para a diversificação, tão necessária, de nosso setor primário. (PANORAMA, 24 de julho de 1975, p. 8).

Nessa nota, há uma resposta assertiva à pergunta expressa pela manchete do dia 18 de julho, o ciclo do café fora interrompido. De tal modo, a geada negra foi delineada como um emblema da fragilidade da cafeicultura do Paraná e ressaltou os riscos da dependência econômica do setor primário. O jornal procurou convergir a opinião pública com os planejamentos estatais, apresentando a modernização da agricultura e o fortalecimento da indústria, como meios de se obter uma agricultura forte e a menor dependência desse setor.

A mensagem da nota findou com otimismo em relação ao crescimento da industrialização do estado, que passaria a gerar produtos finalizados, alcançando maior valor no mercado internacional. Ademais, os empregos fornecidos por essas indústrias seriam opções para os trabalhadores expulsos das lavouras de café. (PANORAMA, 24 de julho de 1975).

Contudo, a opção de fornecimento de empregos, mesmo nessa publicação, era prevista

para o futuro, mas o presente daquele momento não possibilitava tal arranjo. Como o próprio jornal havia publicado em março do mesmo ano, não havia agroindústria para absorver a mão de obra que já vinha sendo expulsa do campo, nem mesmo infraestrutura para alocar essa população nas áreas urbanas. (PANORAMA, março de 1975, p. 5).

Na matéria publicada, a mecanização foi descrita como o meio pelo qual se atingiria a dinamização da produção agrícola no Paraná para que fossem atingidas as metas do II Plano Nacional do Desenvolvimento. Mas, tal medida exigiria sacrifício, representado pela dispensa da mão de obra rural, substituída pela máquina, resultando ao produtor maior lucro com menor custo.

Essa configuração acarretou no advento do trabalhador rural volante, também conhecido no Paraná e em São Paulo como “bóia-fria”¹², era o trabalhador rural que vivia nas áreas urbanas ou suburbanas, prestando serviços informais nas lavouras mediante contratos diários ou por empreita. Não possuíam registros em carteira e recebiam o pagamento correspondente ao dia trabalhado, do qual o “gato” (intermediário entre o trabalhador e o contratante) retirava sua comissão. (CASAGRANDE, 1999, p. 225).

A situação do “bóia-fria” também se agravou após a geada de 1975. Segundo Iolanda Casagrande (1999, p. 234),

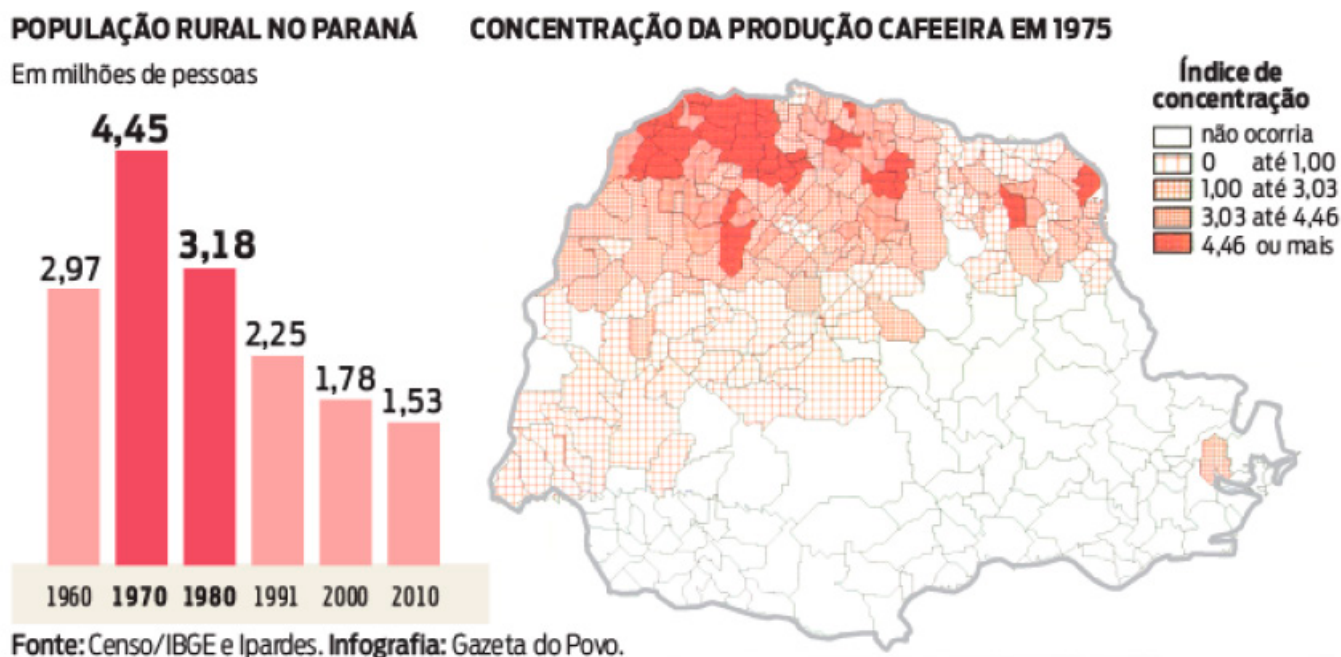
[...] por ocasião da geada de 1975, o processo de capitalização acelerou-se. A substituição de mão-de-obra por insumos industrializados passou a ser característica da agricultura do Norte Novo, à medida que essa prática era intensificada, também, na cultura cafeeira.

A introdução do maquinário agrícola em maior escala suscitou mudanças no quadro populacional do Paraná, que até a década de 1970 teve sua população rural maior do que a da área urbana. Em 1980, essa configuração se inverteu com a migração de trabalhadores rurais para as cidades e os grandes centros urbanos da região Norte, para a capital Curitiba e para outros estados do país.

De acordo com Arias Neto, citado por Miranda e Ragusa (2014), os ex-trabalhadores do café alcançaram as novas fronteiras agrícolas do período, como os estados de Mato Grosso e Rondônia, além da região Sudeste.

12 Em algumas regiões de São Paulo esses trabalhadores são chamados de “pau-de-arara”, clandestinos na zona canavieira de Pernambuco e no Rio Grande do Norte como “trabalhador alugado”. O problema social do trabalhador rural volante não é apenas uma condição do Paraná nesse período, mas constitui um retrato da capitalização do campo desde a década de 1960. (CASAGRANDE, 1999, p. 226).

FIGURA 4 – POPULAÇÃO RURAL DO PARANÁ 1960-2010 E A CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO CAFEEIRA



Fonte: ANTONELLI, Diego. O “Eldorado” não é mais aqui. Londrina: Gazeta do Povo, 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/o-eldorado-nao-e-mais-aqui-1015yhpqof2byxdu-ni7spp18l>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

Como podemos observar no infográfico (Figura 4), da década de 1960 até 1970, houve, no Paraná, um acréscimo da população rural, contudo, nas décadas seguintes a diminuição dessa população foi acentuada. No decênio 1970-1980, houve queda de mais de um milhão de pessoas vivendo no campo, culminando na inversão do quadro. Com a ocorrência da geada, os efeitos derivados da modernização do campo foram agravados e verificou-se a aceleração dos processos já em andamento, com uma erradicação súbita do parque cafeeiro do estado, um universo de transformações se fez.

O declínio da cafeicultura, já enfraquecida por diversos fatores (crises de preços, os danos causados aos cafeeiros pelos organismos da ferrugem e da broca do café, a falta de subsídios dos governos ao apoio dessa atividade, com oferta de recursos às lavouras temporárias), se acentuou, sendo que as áreas erradicadas não foram recuperadas em sua totalidade. Segundo Nildo Melo (2011), de 1970 a 1985, as lavouras de café foram reduzidas em 59%, ao passo que as lavouras de soja e trigo aumentaram na mesma proporção. As áreas de pastagens aumentaram em 600.000 hectares no mesmo período, sendo o principal substituto das lavouras de café no Norte do Paraná. (MELO, 2011).

A concentração fundiária foi um fenômeno per-

cebido nesse momento, pois, como apontou Melo (2011), mesmo com a expansão de terras cultivadas, o número de proprietários, arrendatários e parceiros se reduziram na década de 1970, enquanto somente na região Norte do estado 104.838 estabelecimentos agropecuários deixaram de existir.

Contudo, não foi o fim do café no Paraná. Atualmente, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a área de lavoura cafeeira no estado, corresponde a 58.090 hectares. Estima-se que, deste total, 33.868 hectares estão em franca produção, enquanto os 24.222 hectares restantes possuem novas formações, sendo 57% da produção relativa à agricultura familiar. (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2014).

Assim como a cafeicultura permaneceu no Paraná, as geadas continuaram a oferecer risco às lavouras. No entanto, foi criado em parceria entre IAPAR, SIMEPAR e EMATER, o programa *Alerta Geadas*, apoiado em três pontos principais: método de proteção, consistindo no enterro das plantas, de acordo com sua idade; no envolvimento dos cafeeiros com terra, para evitar a “geada de canela”; no treinamento de técnicos e produtores e previsão das ocorrências das geadas com rápida difusão das informações, intui reduzir os danos aos cafezais. (CARAMORI et al., 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 1960, se acentuaram discussões acerca dos meios de desenvolvimento econômico nacional. Duas correntes de pensamento distintas concordavam que para planejar o fortalecimento do parque industrial brasileiro era necessário repensar a questão agrária do país. Para os intelectuais ligados ao PCB, a CEPAL e parte da Igreja Católica, havia concentração latifundiária e a existência dos modos de produção tradicionais como empecilhos à correspondência do campo às demandas urbanas e industriais. Essa vertente defendeu a reforma agrária na promoção de condições que favorecessem a indústria e a área urbana, na medida em que diversificassem as atividades agrícolas absorvedoras da produção industrial e inserissem o trabalhador rural no mercado consumidor. Segundo seus defensores, a ampliação da diversidade de lavouras contornaria o problema da superprodução de café, responsável pela queda dos preços do produto.

Outra corrente representada por Delfim Netto e economicistas da USP compreendia que a agricultura teria um caráter funcionalista, que estava sendo atendido. Defendiam mudanças nas bases técnicas de produção agrícola através de uma modernização da agricultura, para dinamizar o setor e melhorar as condições do trabalhador rural, sem a necessidade de promover uma reforma agrária.

Com o golpe de 1964, o regime militar que se instaurara no Brasil optou pela modernização da agricultura, encerrando à força as discussões sobre a reforma agrária. Essas modificações incidiram no campo de forma conservadora, acentuando a desigualdade e a concentração de terras. Passaram a ser empregadas novas bases técnicas para aumento da produção, contudo as políticas sociais não avançaram.

No âmbito estadual, nos anos finais da década de 1960 e com maior estímulo durante 1970, os planejamentos do governo concatenados aos planos federais provocaram uma intensa modificação nas estruturas fundiárias, de produção e trabalho nas áreas rurais do Paraná. No período, o estado tinha sua base econômica calcada na produção agropecuária, cujo principal produto era o café. No mercado internacional, o café enfrentava dificuldades de preço, derivadas da grande quantidade do produto em circulação e a concorrência de outros países produtores. Nas lavouras, os agricultores sofriam com a incidência de organismos prejudiciais às plantas e

geadas.

Aos problemas enfrentados pela cafeicultura no estado, se somaram as medidas de racionalização das lavouras e os interesses estatais em promover a modernização na agricultura. Os planejamentos estatais tiveram como intuito o incentivo ao desenvolvimento de lavouras temporárias para a maior absorção de máquinas e insumos e a integração agropecuária às indústrias. A combinação desses fatores acarretou o declínio da atividade cafeicultora na região Norte do Paraná. Concomitante ao processo de modernização do campo, ocorreu a geada negra em 18 de julho de 1975, colaborando para erradicar o parque cafeeiro do estado, abruptamente. Diante desse evento climático, as modificações já em marcha foram aceleradas.

No jornal londrinense Panorama, no momento anterior à ocorrência da geada, as dificuldades da lavoura cafeeira eram discutidas pelas autoridades e grandes produtores de café. A sugestão levantada por esses personagens para questões de desempenho da atividade eram os investimentos em lavouras racionalizadas, com a utilização de técnicas diferentes das que vinham sendo tradicionalmente empregadas. No entanto, era ressaltada a continuação viável das lavouras cafeeiras no estado.

Após o evento da geada de 1975, diante da erradicação dos cafezais do estado, o Panorama ressaltou os riscos da dependência econômica do setor primário e a fragilidade da lavoura cafeeira tradicional. A geada negra fora utilizada pelo periódico para articular a opinião pública sobre os problemas da agricultura, ao tempo que propunha a diversificação das lavouras e a dinamização da produção com os recursos da mecanização. A modernização agrícola que vinha sendo demonstrada como inevitável em publicações anteriores foi destacada como solução para a recuperação da agricultura pós-geada.

A chamada modernização do campo e a rápida dispersão dos trabalhadores das lavouras de café após esse evento agravaram o movimento de êxodo rural, com aumento do desemprego no campo, o que inverteu o quadro populacional após a década de 1980, quando a população urbana superou o número da população residente nas áreas rurais. O incremento das bases técnicas, através dos órgãos de pesquisas agrícolas e dos insumos industriais colaborou para a construção de complexos agroindustriais, alterando o panorama agrícola do estado.

O que se pretendeu demonstrar foi o contexto histórico que deu bases ao declínio da cafeicultura

no Paraná, levantando, assim, fatores que o propiciaram. De tal modo, compreendemos que, apesar de a geada negra de 1975 ter permanecido como um marco na agricultura do estado e nas memórias de suas populações, serviu como um acelerador de medidas que já estavam “postas sobre a mesa” em planejamentos econômicos estatais anteriores.

REFERÊNCIAS

- ANTONELLI, Diego. O “Eldorado” não é mais aqui. Londrina: **Gazeta do Povo**, 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/o-eldorado-nao-e-mais-aqui-1o15yhg0f2byxduni7spp18l>>. Acesso em: 11 nov. 2015.
- BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. Campo-território: **Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.
- CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura Paranaense 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- CARAMORI, Paulo Henrique et al. Programa alerta para geadas na cafeicultura paranaense – 2001. II. In: **SIMPÓSIO DE PESQUISA DOS CAFÉS DO BRASIL**, 2., 2001, Vitória/ES. Anais... Brasília/DF, EMBRAPA Café, 2002. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/agro27.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- CASAGRANDE, Iolanda. O trabalhador rural volante (“boia-fria”) na região de Maringá, nos anos 70. In: DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José Henrique R. (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999. p. 221-237.
- CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti; NOLLI, Joana D’Are Moreira. A “Marcha da Produção” durante o governo JK: discurso e acontecimento. In: **ENCONTRO DO CENTRO DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS** – CERU, 33., 2009, São Paulo/SP. Anais... São Paulo/SP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 2009, p. 145-176.
- CHIES, Cláudia; YOKOO, Sandra Carbonera. Colonização do Norte Paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. **Revista GEOMAE**, v. 3, n. 1, p. 27-44, 1º sem. 2012.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da safra brasileira: café**. v. 1, n. 3. Brasília: CONAB, 2014. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_12_22_09_53_55_boletim_dezembro_2014.pdf>. Acesso em: 23. abr. 2015.
- CORDEIRO, Vanessa Moreira. **Paulo Pimentel: um político do século XX e XXI**. 2005, 196 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2005.
- COSTA, Osmani Ferreira da. Paulo Pimentel: construção e fim do primeiro grande grupo de comunicação do Sul do Brasil. In: **ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA**, 10., 2015, Porto Alegre/RS. Anais... Porto Alegre/RS, UFRGS, 2015.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.
- DELGADO, Guilherme da Costa. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária**. Estudos Avançados, v. 15, n. 43, p. 157-172, set./dez. 2001.
- DEZORDI, Maurício. A “geada negra” de 1975 no distrito de Agro Cafeeira, Matelândia: História e Memória. In: **ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL**, 7., 2013, Foz do Iguaçu/PR. Anais... Foz do Iguaçu/PR, UNILA, 2013.
- FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Nas redes da conservação: políticas públicas e construção social das micro bacias hidrográficas**. 1999, 252 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – UFPR, Curitiba, 1999.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. **O Estado e suas razões: o II PND**. Revista de Economia Política, v. 28, n. 1 (109), p. 28-46, jan./mar. 2007.
- CHIES, Cláudia; YOKOO, Sandra Carbonera. Colonização do Norte Paranaense: avanço da cafeicul-

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**. v. 38, Rio de Janeiro, IBGE, 1977, p. 1-848.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Mitologias do desenvolvimento**: extensão rural e modernização: o caso de Santa Catarina (décadas de 1950 e 1960). Espaço Plural, ano IX, n. 18, p. 9-17, 2008.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **Cenários de recomposição do peso econômico do Paraná no Brasil**. IPARDES – Comunicado para o planejamento, n. 9, p. 1-14, mai. 2011.

MELO, Nildo Aparecido. **Do complexo rural à modernização agrícola brasileira**: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural – uma análise do programa Vilas Rurais no Norte do Paraná. GeoAtos – Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 11, v. 1, p. 58-76, jan./jun. 2011.

MIRANDA, Eliane Aparecida; RAGUSA, Helena. **Os efeitos da geada negra de 1975 para os trabalhadores da lavoura de café de São Pedro do Ivaí-Paraná**. Ateliê de História UEPG, v. 2, n. 2, p. 67-75, 2014.

MORES, Lucas; KLANOVICZ, Jó. **Controle da natureza e modificação da paisagem**: para uma análise das práticas agrícolas da sojicultura no Paraná, Brasil, por meio da imprensa entre os anos 1970 e 1980. Diálogos, v. 18, p. 179-201, dez. 2014.

NAKAGAWARA, Yoshiya; SANTANA, Moisés. **Estrutura fundiária norte-paranaense**: concentração e “capitalização” – situação 70-80. Boletim de Geografia UEM, ano 2, n. 2, p. 31-33, jan. 1984.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015.

OLIVEIRA, Semí Cavalcante de. **A economia cafeeira no Paraná até a década de 1970**. Vitrine da Conjuntura, Curitiba, v. 2, n. 4, p. 1-8, jun. 2009.

PANORAMA, Londrina, 1975, várias edições.

PANORAMA, Londrina, 9 mar. 1975, Edição Histórica (Economia).

PAIXÃO, Letícia Aparecida da. **Seca, gelo e fogo**: Análise climática do ano de 1963, no estado do Paraná. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 14., 2014, Campo Mourão/PR. Anais... Campo Mourão/PR, Universidade Estadual do Paraná – UNOPAR, 2014, p. 1663-1676.

POZZOBON, Irineu. **A epopéia do café no Paraná**. Londrina: Grafmark, 2006.

PRIORI, Angelo et al. A modernização do campo e o êxodo rural. In: _____. **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. p. 115-127. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-10.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

REVISTA CAFEICULTURA. **Geada negra fez surgir um novo cenário agrícola no Norte do PR**. 2010. Disponível em: <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?mat=34028>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

RODRIGUES, João Paulo Pacheco; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Memória e História: os sabores da geada negra em Ivatuba-Paraná. In: **Congresso Internacional de Museologia**, 2., 2012, Maringá/PR. Anais... Maringá/PR, Museu da Bacia do Paraná, 2012, v. 2, p. 1-9.

SILVA, Gustavo Bianchi; BOTELHO, Maria Izabel Vieira. **O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil (1960-1979)**. Campo-território: Revista de Geografia Agrária, v. 9, n. 17, p. 362-387, abr. 2014.

SILVA, Priscilla Rocha; BAPTISTELLA, Celma da Silva Lago; VERDI, Adriana Renata. **Parceria como forma de trabalho rural no estado de São Paulo, início do século XXI**. Informações Econômicas, SP, v.38, n.2, p. 42-51, fev. 2008.

TOMINAGA, Lidia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosângela. **Desastres naturais**: conhecer para prevenir. São Paulo: Instituto Geológico, 2009. 196 pp.

TRINTIN, Jaime Graciano; IZEPÃO, Rosalina Lima. Estado, planejamento e desenvolvimento industrial no Paraná. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 22., 2003, João Pessoa/PB. Anais... João Pessoa/PB, ANPUH, 2003.